

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes



Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos e efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva**Contas a receber de cooperados (IN 48 ANS) e atualização dos débitos tributários parcelados**

A Cooperativa transferiu o valor das despesas contraídas dos débitos tributários com base nas Instruções Normativas IN DIOPE nº 20, 20/10/2008 e 48, de 19/10/2011 para o ativo não circulante a título de créditos a receber de cooperados, cujo saldo, após movimentações, é de R\$ 27.031 mil em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 10. Considerando que não foi tratado como um ativo devidamente individualizado e que não há prazo de realização definido e vinculado a demandas passivas em andamento, sua recuperação pode ser classificada como incerta e, portanto, sujeita a eventos futuros não estimados. Nenhuma provisão para perdas foi considerada nas demonstrações financeiras sobre esse ativo e está sendo atualizado e corrigido na mesma proporção dos débitos parcelados. Em 31 de dezembro de 2019 as atualizações acumuladas que compõem o saldo de créditos a receber de cooperados representam o montante de R\$ 13.092 mil. Conseqüentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido apresentam-se a maior em R\$ 13.092 mil em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinados, cujo relatório, datado de 7 de março de 2019, continha ressalva sobre a adequação do ativo imobilizado; a adoção a RN 430 ANS; o contas a receber de cooperados (IN 48 ANS); a atualização dos débitos parcelados; e outros dispêndios/ despesas operacionais de operações de planos de assistência à saúde e parágrafos de ênfase sobre os passivos contingentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 2 de março de 2020.

Moore Prisma Auditores e Consultores
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante		82.364.023	70.132.589	Circulante		51.797.281	55.980.534
Disponível		457.127	613.252	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	18.954.814	22.057.340
Realizável		81.906.896	69.519.337	Provisão para remissão		546.821	606.752
Aplicações financeiras	5	62.454.776	51.758.392	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		2.021.193	3.575.104
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		23.667.416	28.448.422	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		4.490.055	8.794.897
Aplicações Livres		38.787.360	23.309.970	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		11.896.745	9.080.587
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	4.742.594	7.903.015	Débitos de operações de assistência à saúde		2.982.108	2.827.734
Contraprestações pecuniárias a receber		3.132.791	4.724.458	Receita antecipada de contraprestações/prêmios		387.660	475.241
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		219.316	2.648.178	Operadoras de planos de Assistência à Saúde		2.587.126	2.352.493
Operadoras de planos de assistência à saúde		1.390.487	530.379	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		7.322	-
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	7	4.908.922	1.450.070	Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora		1.716.040	285.328
Créditos tributários e previdenciários		4.675.589	3.190.251	Tributos e encargos sociais a recolher	15	10.447.120	11.237.070
Bens e títulos a receber	8	4.854.522	4.909.151	Empréstimos e financiamentos a pagar		15.965	3.325.027
Despesas antecipadas		22.808	51.278	Débitos diversos	16	17.565.592	16.186.827
Conta corrente com cooperados		247.685	257.180	Conta corrente com cooperados		115.642	61.208
Não circulante		113.900.355	112.331.700	Não circulante		38.267.158	52.152.950
Realizável a longo prazo		33.487.846	37.715.249	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	2.467.192	2.584.860
Depósitos judiciais e fiscais	9	6.457.196	4.988.817	Provisão para remissão		567.198	677.205
Conta corrente com cooperados	10	27.030.650	32.726.432	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		1.899.994	1.907.655
Investimentos	11	3.729.031	3.163.820	Tributos diferidos		654.000	680.283
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		3.729.031	3.163.820	Provisões judiciais	17	8.193.781	5.115.534
Participações em outras sociedades		3.729.031	3.163.820	Parcelamento de tributos e encargos sociais	15	21.060.769	26.944.037
Imobilizado	12	72.762.687	68.163.973	Empréstimos e financiamentos a pagar		-	9.034.358
Imóveis de uso próprio		25.684.574	26.529.309	Débitos diversos	16	5.891.416	7.793.878
Hospitalares		19.450.663	19.888.325				
Não hospitalares		6.233.911	6.640.984	Patrimônio líquido	19	106.199.939	74.330.805
Móveis de uso próprio		15.293.413	13.241.635	Capital social integralizado		14.575.430	14.358.718
Hospitalares		7.987.264	7.307.700	Reservas:		57.635.568	44.586.313
Não hospitalares		7.306.149	5.933.935	Fundo de reserva		54.250.830	38.634.642
Imobilizações em curso		28.832.159	21.930.626	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		2.115.207	4.631.121
Outras imobilizações: hospitalares		2.952.541	6.462.403	Reserva de reavaliação		1.269.531	1.320.550
Intangível	13	3.920.791	3.288.658	Sobras à disposição da AGO		33.988.941	15.385.774
Total do ativo		196.264.378	182.464.289	Total do passivo e do patrimônio líquido		196.264.378	182.464.289

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	Nota	2019	2018
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		328.232.114	315.812.180
Ingressos com operações de assistência à saúde		336.160.735	326.371.288
Ingressos de contraprestações líquidas/prêmios retidos		335.990.797	326.400.202
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		169.938	(28.914)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(7.928.621)	(10.559.108)
Eventos indenizáveis líquidos	20	(248.970.495)	(239.011.075)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(246.154.338)	(237.017.013)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(2.816.157)	(1.994.062)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		79.261.619	76.801.105
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		417.852	437.013
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		55.675.019	27.696.674
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	22	44.368.466	20.568.868
Outros ingressos/ receitas operacionais		11.306.553	7.127.806
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(38.986)	(3.020)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(5.268.730)	(12.112.884)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	23	(3.203.431)	(10.189.847)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.496.671)	(1.020.978)
Provisão para perdas sobre créditos		(568.628)	(902.059)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	24	(37.395.006)	(21.394.395)
Resultado bruto		92.651.768	71.424.493
Dispêndios/ despesas com comercialização		(1.067.182)	(1.304.380)
Dispêndios/ despesas administrativas	25	(44.927.312)	(42.339.167)
Resultado financeiro líquido	26	1.820.409	(212.304)
Ingressos/ receitas financeiras		5.820.916	4.363.831
Dispêndios/ despesas financeiras		(4.000.507)	(4.576.135)
Resultado patrimonial		476.163	597.710
Ingressos/ receitas patrimoniais		509.259	657.951
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(33.096)	(60.241)
Sobra antes da tributação e das participações		48.953.846	28.166.352
IRPJ	27	(3.480.877)	(4.853.814)
CSLL	27	(1.298.315)	(1.807.139)
Participações sobre o lucro		(1.947.809)	(1.081.410)
Sobra líquida do exercício		42.226.845	20.423.989
Utilização da RATES		4.631.120	1.185.958
Realização de realização		77.302	77.514
Realização IN 20		(6.600.704)	-
Transferência resultado com terceiros - RATES		-	(3.795.838)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 10%		(4.230.415)	(1.670.566)
RATES – 5%		(2.115.207)	(835.283)
Sobras à disposição da AGO		33.988.941	15.385.774

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra líquida do exercício	42.226.845	20.423.989
Outros resultados abrangentes	<u>77.302</u>	<u>77.514</u>
Resultado abrangente total	<u>42.304.147</u>	<u>20.346.475</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Fundo de reservas	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	14.242.323	2.078.347	16.802.792	1185958	20.161.284	54.470.704
Deliberação da AGO de 22/03/2018:						
Incorporação das sobras em fundo de reservas	-	-	20.161.284	-	(20.161.284)	-
Integralização de capital	344.480	-	-	-	-	344.480
Baixas de capital	(228.085)	-	-	-	-	(228.085)
Constituição dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	(680.283)	-	-	-	(680.283)
Realização da reserva de reavaliação	-	(77.514)	-	-	77.514	-
Transferência da realização da reserva de reavaliação (terceiros) para RATES	-	-	-	29.155	(29.155)	-
Transferência de resultado com terceiros para RATES	-	-	-	3.766.683	(3.766.683)	-
Realização do RATES	-	-	-	(1.185.958)	1.185.958	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	20.423.989	20.423.989
Constituição de reservas estatutárias:						
RATES	-	-	-	835.283	(835.283)	-
Fundo de reservas	-	-	1.670.566	-	(1.670.566)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.358.718	1.320.550	38.634.642	4.631.121	15.385.774	74.330.805
Deliberação da AGO de 18/03/2019:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	(4.000.000)	(4.000.000)
Incorporação das sobras em Fundo de reservas	-	-	11.385.774	-	(11.385.774)	-
Integralização de capital	792.291	-	-	-	-	792.291
Baixas de capital	(575.579)	-	-	-	-	(575.579)
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	26.283	-	-	-	26.283
Realização da reserva de reavaliação	-	(77.302)	-	-	77.302	-
Realização do RATES	-	-	-	(4.631.121)	4.631.120	-
Amortização IN 20	-	-	-	-	(6.600.704)	(6.600.706)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	42.226.845	42.226.845
Constituição de reservas estatutárias:						
RATES	-	-	-	2.115.207	(2.115.207)	-
Fundo de reservas	-	-	4.230.414	-	(4.230.415)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.575.430	1.269.531	54.250.830	2.115.207	33.988.941	106.199.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(Reapresentado)
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	435.320.170	392.648.878
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	634.532.242	577.950.927
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	3.363.473	2.979.825
(+) Outros recebimentos operacionais	8.498.089	7.528.300
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(231.631.904)	(227.443.315)
(-) Pagamento de Comissões	(214.977)	(718.305)
(-) Pagamento de Pessoal	(61.263.475)	(55.289.492)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(3.729.155)	(3.080.602)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(9.826.414)	(10.834.904)
(-) Pagamento de Tributos	(26.416.383)	(25.167.205)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(6.289.418)	(6.039.214)
(-) Pagamento de Aluguel	(362.315)	(312.010)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.044.646)	(1.544.246)
(-) Aplicações financeiras	(649.863.695)	(586.097.856)
(-) Outros pagamentos operacionais	(61.823.073)	(43.226.091)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>29.248.519</u>	<u>21.354.690</u>
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de Venda de Ativo imobilizado - Hospitalar	2.000	-
(+) Recebimentos de Venda de Investimentos	-	1.056.852
(+) Recebimentos de Dividendos	-	55.123
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(8.762.502)	(3.498.643)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(4.189.594)	(5.271.737)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(7.442)	(34.375)
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(12.957.538)</u>	<u>(7.692.780)</u>
Atividades de financiamento		
(+) Integralização Capital em Dinheiro	792.291	344.480
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento	968.918	967.573
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(645.553)	(676.806)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(12.987.183)	(14.122.954)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de financiamento	(4.575.579)	(228.085)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(16.447.106)</u>	<u>(13.715.792)</u>
Variação líquida do caixa	<u>(156.125)</u>	<u>(53.882)</u>
Saldo disponível Inicial	<u>613.252</u>	<u>667.134</u>
Saldo disponível Final	<u>457.127</u>	<u>613.252</u>
Variação líquida do caixa	<u>(156.125)</u>	<u>(53.882)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed São Carlos – Cooperativa Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em São Carlos SP, que contava com 371 cooperados no final de 2019 e de 2018, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, que se proponham a associar serviços para o exercício da econômico-social sem finalidade lucrativa.

Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados, credenciados e clínicas e laboratórios na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com um hospital 24 horas, quatro laboratórios, um núcleo de atenção integral a saúde - Viver Bem, Saúde Ocupacional Unimed (SOU)) e o centro administrativo localizados no município de São Carlos para atendimento aos conveniados e particulares.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 2 de março de 2020.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j.1 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

j.5 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações

monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as Operadoras e seus associados, e pelas Operadoras entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Cooperativa.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2019	2018
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
Santander - Fundo Saúde ANS RF	17.368.744	28.248.119
Banco BTG - FI / RF CP	6.089.023	-
Bradesco - FI / RF ANS	209.649	200.303
	<u>23.667.416</u>	<u>28.448.422</u>
Aplicações livres		
Fundo investimento	21.908.915	1.304.997
Aplicações em fundos de rendas variáveis (ii)	11.674.110	-
CDB PLUS	4.588.382	16.884.531
CDB RDB	615.953	5.120.442
	<u>38.787.360</u>	<u>23.309.970</u>
	<u>62.454.776</u>	<u>51.758.392</u>

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 14, são aplicações financeiras vinculadas a Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, de acordo com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.
- (ii) As aplicações em fundos de rendas variáveis, são aplicações financeiras de alta liquidez com remuneração de, aproximadamente, 130% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2019	2018
Contraprestações pecuniárias		
Plano individual	5.400.265	5.001.638
Plano coletivo	3.271.227	5.304.826
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(5.538.701)</u>	<u>(5.559.614)</u>
	<u>3.132.791</u>	<u>4.746.850</u>
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	569.818	806.923
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(350.502)</u>	<u>(276.544)</u>
	<u>219.316</u>	<u>530.379</u>
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	1.406.920	2.664.611
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	<u>(16.433)</u>	<u>(38.825)</u>
	<u>1.390.487</u>	<u>2.625.786</u>
	<u>4.742.594</u>	<u>7.903.015</u>

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2019	2018
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	3.405.721	568.122
Auto Gestão a receber (ii)	1.938.404	1.316.844
Outras contas a receber (iii)	77.970	97.249
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iv)	(513.173)	(532.145)
	<u>4.908.922</u>	<u>1.450.070</u>

(i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

(ii) Composto por valores a receber de convênios de auto-gestão.

(iii) Substancialmente composto por glosas em discussão e outros créditos operacionais de prestação de serviço médico hospitalar.

(iv) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Bens e títulos a receber

Descrição	2019	2018
Estoque de materiais e medicamentos (i)	3.540.556	3.403.643
Títulos a receber	27.012	27.012
Outros créditos a receber		
Adiantamentos (ii)	1.105.638	1.261.128
Cheques a receber	761.175	715.977
Outras contas a receber	240.104	335.412
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(819.963)	(834.021)
	<u>4.854.522</u>	<u>4.909.151</u>

- (i) Estoque de materiais e medicamentos distribuídos nas unidades de atendimento da Cooperativa conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2019	2018
Estoque matriz	942.075	531.987
Hospital Unimed São Carlos	2.111.193	2.328.205
UNILAB - Laboratório de Análises Clínicas	422.933	479.160
Estoque em poder de 3º - Santa Casa de São Carlos	32.052	26.970
Maternidade	7.209	6.904
NAPS	19.791	30.417
Unilab Ouro - Laboratório de Análises Clínicas	4.995	-
Unifacil	308	-
	<u>3.540.556</u>	<u>3.403.643</u>

- (ii) Substancialmente composto por adiantamento de verbas salariais e adiantamento a fornecedores.

9 Depósitos judiciais

Descrição	2019	2018
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (i)	2.791.438	2.380.489
Depósitos judiciais tributários (ii)	2.476.647	1.889.544
Depositos judiciais - Multas Administrativas ANS	560.245	-
Depósitos judiciais atendimento clientes (i)	326.246	326.246
Deposito judicial (INSS) s/ produção dirigentes	202.506	202.506
Depósitos judiciais trabalhistas (i)	55.111	145.029
Baixa de título de beneficiário por deposito judicial	45.003	45.003
Créditos em discussão judicial	850.081	345.993
(-) PPSC - Créditos em discussão	(850.081)	(345.993)
	<u>6.457.196</u>	<u>4.988.817</u>

- (i) Os depósitos judiciais foram feitos para fazer face a ações cíveis e trabalhistas que estão em processo judicial. Foi constituída provisão para contingência no passivo não circulante no mesmo montante, conforme nota explicativa nº 17.
- (ii) Em agosto de 2018, a Cooperativa, por orientação da assessoria jurídica, efetuou depósito em juízo no valor de R\$1.899.544 referente ao processo 0000034-26.2009.403.6115 (2009.61.15.000034-4) em favor da União Federal. Trata-se de levantamento de penhora no valor de R\$999.336 em razão da decisão proferida por juiz de 1ª instância à Cooperativa pela adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09. Em 2019, a Cooperativa efetuou um depósito complementar em juízo no valor de R\$ 587.103 em favor da União Federal. No entendimento do Tribunal, esta penhora não poderia ter sido levantada por ter sido realizada anteriormente à adesão ao parcelamento.

O valor atual da penhora é o correspondente ao valor que fora depositado em juízo. No término da defesa o valor será convertido em redução do saldo devedor dos débitos parcelados pela Lei 11.941/09 conforme nota explicativa nº 15.

10 Conta corrente cooperados

Descrição	2019	2018
Créditos a receber de cooperados IN 48 ANS (i)	<u>27.030.650</u>	<u>32.726.432</u>

A ANS definiu, através da Instrução Normativa DIOPE nº 20/2008, alterada pela Instrução Normativa DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011 (IN ANS 20 e 48), a forma de as Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem obrigações legais como definidas há época pela NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). De maneira geral, determinou que as obrigações legais, principal, juros e outros encargos fossem registrados a débito do resultado do exercício social corrente naquele período, somente para o exercício de 2008 e de 2011, permitiu que as Operadoras, classificadas na modalidade de Cooperativas Médicas, transferissem para seus cooperados a responsabilidade de pagamento das obrigações legais, desde que deliberado pela Assembleia Geral Ordinária relativa àquele exercício social, através da contabilização a débito do ativo não circulante (realizável a longo prazo) e a crédito da conta de sobras ou perdas acumuladas. A Cooperativa, na forma estabelecida pela IN ANS 20 e 48, transferiu o montante das sobras ou perdas acumuladas no patrimônio líquido para o ativo não circulante, na rubrica de créditos a receber de cooperados.

A Cooperativa passou a exigir dos cooperados os valores correspondentes aos pagamentos das obrigações legais relacionadas e durante o exercício de 2019 foram amortizados o montante de R\$ 6.601 mil em contrapartida de sobras à disposição da AGO.

11 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Participações em instituições reguladas		
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.497.040	1.486.535
Unimed Participações	943.271	802.352
Central Nacional Unimed	544.274	208.594
Federação Nordeste Paulista	54.787	54.787
Aliança Nacional Cooperativista	4.433	4.433
(-) Aliança Nacional Cooperativista	(4.433)	(4.433)
	<u>3.039.372</u>	<u>2.552.268</u>
Outros investimentos		
Unicred São Carlos	689.659	611.552
	<u>689.659</u>	<u>611.552</u>
	<u>3.729.031</u>	<u>3.163.820</u>

b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2018	Adição	Baixa/ estorno	Ajuste a valor justo	31/12/2018	Adição	Baixa/ estorno	Ajuste a valor justo	31/12/2019
Participações em instituições reguladas									
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	848.919	559.968	(3.075)	80.723	1.486.535	91.228	(80.723)		1.497.040
Unimed Participações	688.950	13.554	99.848	-	802.352	46.758	-	94.161	943.271
Central Nacional Unimed	189.287	19.307	-	-	208.594	-	-	335.680	544.274
Unimed Federação Nordeste Paulista	54.787	-	-	-	54.787	-	-	-	54.787
	1.781.943	592.829	96.773	80.723	2.552.268	137.986	(80.723)	429.841	3.039.372
Outros investimentos									
SICCOB Unimais	611.552	-	-	-	611.552	-	-	78.107	689.659
Debenture	1.050.000	-	(1.050.000)	-	-	-	-	-	-
	1.661.552	-	(1.050.000)	-	611.552	-	-	78.107	689.659
	3.443.495	592.829	(953.227)	80.723	3.163.820	137.986	(80.723)	507.948	3.729.031

12 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa	2019		2018	
	anual de	Custo +	Depreciação	Líquido	Líquido
	depreciação	reavaliação	acumulada		
Terrenos	-	519.092	-	519.092	516.905
Edificações	4%	31.262.668	(6.097.187)	25.165.481	26.012.404
Instalações	4% a 12%	4.957.611	(1.878.576)	3.079.035	2.081.232
Maquinas e equipamentos	2% a 20%	10.994.486	(5.284.709)	5.709.777	5.431.419
Veículos	10% a 20%	748.835	(400.667)	348.168	39.094
Móveis e utensílios	3% a 12%	7.276.324	(3.557.650)	3.718.674	3.819.081
Computadores e periféricos	2% a 20%	6.805.433	(4.367.673)	2.437.760	1.870.809
Imobilização em curso (i)	-	28.832.159	-	28.832.159	21.930.626
Outras imobilizações	20%	7.826.163	(4.873.622)	2.952.541	6.462.403
		99.222.771	(26.460.084)	72.762.687	68.163.973

- (i) O saldo está substancialmente composto pela aquisição do imóvel da antiga Casa de Saúde através de arremate em leilão ocorrido em agosto de 2017, acrescidos de investimentos realizados no exercício de 2019 com o início das obras da Fase 1 que compreende: 1 pronto atendimento ginecológico e obstétrico, 1 pronto atendimento infantil, 1 centro de diagnóstico tomografia, ultrassom e raio x, 1 centro cirúrgico com 4 salas onde serão realizadas cirurgias de baixa complexidade, 1 centro cirúrgico obstétrico com 2 salas, 49 leitos clínicos/cirúrgicos, 24 leitos maternidade, 10 leitos unidade de terapia intensiva - uti neonatal, central de abastecimento e farmácia.

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2019, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

	<u>1º/1/2018</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2019</u>
Terrenos	516.905	-	-	-	516.905	-	-	2.187	519.092
Edificações	32.072.527	554.015	(994.018)	(1.020.937)	30.611.587	136.285	-	514.796	31.262.668
Instalações	2.628.432	163.245	-	505.442	3.297.119	-	-	1.660.492	4.957.611
Máquinas e equipamentos	9.225.013	954.908	(337)	12.387	10.191.971	765.443	(3.488)	40.560	10.994.486
Veículos	410.262	190.520	-	-	600.782	148.395	(147.814)	147.472	748.835
Móveis e utensílios	6.524.109	1.357.204	(1.059.963)	-	6.821.350	240.020	(8.001)	222.955	7.276.324
Computadores e periféricos	4.460.272	1.420.311	(75.732)	-	5.804.851	935.213	(28.649)	94.018	6.805.433
Imobilização em curso	19.738.255	2.192.370	-	-	21.930.625	8.307.877	(332.137)	(1.074.206)	28.832.159
Outras imobilizações	8.060.899	323.911	(6.715)	503.108	8.881.203	216.467	-	(1.271.507)	7.826.163
	<u>83.636.674</u>	<u>7.156.484</u>	<u>(2.136.765)</u>	<u>-</u>	<u>88.656.393</u>	<u>10.749.700</u>	<u>(520.089)</u>	<u>336.767</u>	<u>99.222.771</u>

c Movimentação da depreciação acumulada

	<u>1º/1/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2019</u>
Edificações	(3.650.989)	(948.193)	-	(4.599.182)	(1.195.205)	-	(302.800)	(6.097.187)
Instalações	(581.368)	(634.519)	-	(1.215.887)	(682.047)	-	19.358	(1.878.576)
Máquinas e equipamentos	(3.764.925)	(995.964)	337	(4.760.552)	(1.081.572)	2.193	555.222	(5.284.709)
Veículos	(494.795)	(66.892)	-	(561.687)	(85.585)	87.614	158.991	(400.667)
Móveis e utensílios	(2.344.542)	(665.947)	8.220	(3.002.269)	(710.863)	4.705	150.777	(3.557.650)
Computadores e periféricos	(3.199.473)	(810.301)	75.732	(3.934.042)	(946.869)	28.265	484.973	(4.367.673)
Outras imobilizações	(1.497.770)	(921.030)	-	(2.418.800)	(1.039.180)	-	(1.415.642)	(4.873.622)
	<u>(15.533.862)</u>	<u>(5.042.846)</u>	<u>84.289</u>	<u>(20.492.419)</u>	<u>(5.741.321)</u>	<u>122.777</u>	<u>(349.121)</u>	<u>(26.460.084)</u>

13 Intangível

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2019 Total	2018 Total
Software	20%	8.547.350	(4.626.559)	3.920.791	3.288.658

a Movimentação do intangível

	1º/1/2018	Aquisição/ Adição		31/12/2018	Aquisição/ Adição		Transferência	31/12/2019
			Baixa			Baixa		
Custo histórico	4.980.360	1.697.836	(4.501)	6.673.695	2.390.250	(179.828)	(336.767)	8.547.350
(-) Amortização acumulada	(2.433.186)	(956.352)	4.501	(3.385.037)	(1.601.793)	11.150	349.121	(4.626.559)
	2.547.174	741.484	-	3.288.658	788.457	(168.678)	12.354	3.920.791

14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para remissão (i)						
Provisão para remissão	546.821	567.198	1.114.019	606.752	677.205	1.283.957
	546.821	567.198	1.114.019	606.752	677.205	1.283.957
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	2.021.193	1.899.994	3.921.187	3.575.104	1.907.655	5.482.759
	2.021.193	1.899.994	3.921.187	3.575.104	1.907.655	5.482.759
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)						
Cooperados	857	-	857	3.150.997	-	3.150.997
Serviços credenciados	3.629.360	-	3.629.360	3.793.609	-	3.793.609
intercâmbio	859.838	-	859.838	1.850.291	-	1.850.291
	4.490.055	-	4.490.055	8.794.897	-	8.794.897
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	11.896.745	-	11.896.745	9.080.587	-	9.080.587
	11.896.745	-	11.896.745	9.080.587	-	9.080.587
	18.954.814	2.467.192	21.422.006	22.057.340	2.584.860	24.642.200

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A Cooperativa, ciente das obrigações que cercam as Resoluções editadas pela ANS e suportada pelo parecer técnico atuarial, constituiu a provisão para remissão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias para custeio dos planos de assistência à saúde, correspondente a continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido contabilizados pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão com metodologia própria baseada em Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela ANS.

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	2019			2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	1.372.252	-	1.372.252	1.234.210	-	1.234.210
PIS/COFINS/CSLL Retido	707.090	-	707.090	777.092	-	777.092
IRRF	804.088	-	804.088	677.781	-	677.781
IRPJ	48.230	-	48.230	515.248	-	515.248
ISS	358.490	-	358.490	444.638	-	444.638
COFINS	246	-	246	432.045	-	432.045
FGTS	363.566	-	363.566	340.971	-	340.971
CSLL	24.798	-	24.798	190.788	-	190.788
PIS	53	-	53	70.215	-	70.215
Outros impostos e taxas	1.094	-	1.094	2.685	-	2.685
REFIS - Parcelamento ISS - obrigações legais IN 20 (i)	391.868	163.279	555.147	374.782	530.941	905.723
REFIS - Parcelamento PIS/COFINS - obrigações legais IN 20 (i)	6.292.862	20.182.641	26.475.503	6.104.521	25.716.188	31.820.709
Tributos federais – PERT PIS/COFINS(ii)	82.483	714.849	797.332	72.094	696.908	769.002
	10.447.120	21.060.769	31.507.889	11.237.070	26.944.037	38.181.107

- (i) Em 2009 a Cooperativa fez adesão ao parcelamento de seus débitos com tributos federais, com base na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. A homologação e consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreu em junho de 2011 e o saldo devedor foi dividido em 160 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2019.
- (ii) A Cooperativa aderiu ao pedido de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 13.946, de 24 de outubro de 2017 (PERT), cujo saldo líquido das antecipações foi consolidado em dezembro de 2018 e seu valor residual foi dividido em 145 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2019.

16 Débitos diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Fornecedores	6.709.320	6.546.500
Obrigações com pessoal	7.622.341	6.609.998
Parcelamento PGFN (i)	2.579.227	2.431.568
Multas administrativas parceladas	129.312	123.804
Outros débitos a pagar	525.392	474.957
	<u>17.565.592</u>	<u>16.186.827</u>
Não circulante		
Multas administrativas parceladas	962.394	1.047.327
Parcelamento PGFN (i)	4.083.776	6.281.551
Outras receitas antecipadas	845.246	465.000
	<u>5.891.416</u>	<u>7.793.878</u>
	<u>23.457.008</u>	<u>23.980.705</u>

- (i) O saldo é composto substancialmente pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, referente ao arremate do imóvel da antiga Casa de Saúde de São Carlos na cidade de São Carlos no valor total de R\$ 19.028 mil em agosto de 2017. Foi pago o montante de R\$ 8.903 mil no ato da negociação e o restante dividido em 59 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2019.

17 Provisões judiciais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contingência Cível (i)	5.794.927	4.612.028
Contingência tributária (ii)	1.811.648	-
Trabalhistas/indenizatórias (i)	384.700	301.000
Outras contingências (iii)	202.506	202.506
	<u>8.193.781</u>	<u>5.115.534</u>

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

- (i) Composto por ações indenizatórias movidas por beneficiários, ex-empregados e prestadores de serviço. Enfatizando a ação indenizatória do processo 0002096-46.2017.8.26.0566 em face do exequente Espólio de Carlos Eduardo Formigoni que acusa estar impossibilitado de exercer seu ofício ou profissão. Para esse caso específico foi feito depósito judicial no montante de R\$ 2.134.167 classificados no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 9.

(ii) Correspondente a créditos de imposto de renda retido na fonte compensados que posteriormente foram glosados pela Receita Federal do Brasil. A Cooperativa não efetuou nenhum depósito judicial para cobertura deste saldo.

(iii) As outras contingências correspondem aos valores de INSS sobre a produção paga aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente e para qual há depósito judicial efetuado na totalidade da provisão conforme nota explicativa nº 9.

18 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações passivas no montante de R\$ 3.600.798, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis	3.150.198	3.897.200
Trabalhistas/indenizatórias	322.600	530.600
Outras contingências	128.000	2.615.582
Tributárias	-	2.793.974
	<u>3.600.798</u>	<u>9.837.356</u>

A Administração da Cooperativa, com base no parecer da assessoria jurídica, que avaliou o risco de perda desses processos como sendo possível, não constituiu nenhuma provisão para perdas.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, poderão ser atribuídos juros nunca superiores a 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa continha o valor de R\$ 1.083.396 de capital a integralizar.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva de reavaliação

Refere-se a reavaliação dos bens do ativo imobilizado registrado com base em laudo de peritos especializados. A realização da reserva de reavaliação (depreciação e baixa do ativo imobilizado) é registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Durante o exercício de 2019 foram amortizados o montante de R\$ 6.601 mil em contrapartida de sobras à disposição da AGO referentes aos valores correspondentes aos pagamentos das obrigações legais relacionadas a IN 48, conforme nota explicativa nº 10.

Por decisão do Conselho de Administração o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2019 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 33.988.941 conforme demonstração do resultado.

20 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2019	2018
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pré pagamento		
Consulta médica	(27.112.700)	(29.006.163)
Exames	(84.809.760)	(40.222.155)
Terapias	(4.006.165)	(3.789.543)
Internações	(84.767.229)	(107.578.621)
Outros atendimentos ambulatoriais	(1.835.397)	(40.901)
Demais despesas médicas hospitalares	(20.812.785)	(20.322.609)
Sistema Único de Saúde - SUS	(1.721.985)	(2.928.914)
	(225.066.021)	(203.888.906)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pós pagamento		
Consulta médica	(4.321.381)	(6.800.724)
Exames	(6.145.411)	(6.072.970)
Terapias	(457.655)	(326.269)
Internações	(8.175.709)	(17.337.930)
Outros atendimentos ambulatoriais	(158.592)	(10.551)
Demais despesas médicas hospitalares	(1.829.569)	(2.579.663)
	(21.088.317)	(33.128.107)
	(246.154.338)	(237.017.013)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(2.816.157)	(1.994.062)
	(2.816.157)	(1.994.062)
	(248.970.495)	(239.011.075)

21 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta				Outros atendimentos	Demais despesas	Total
	Médica	Exames	Terapias	Internações			
Rede própria	2.223.594	18.753.693	135.312	19.486.356	12.747	3.899.127	44.510.829
Rede contratada	5.863.844	6.691.937	1.217.045	4.518.359	642.617	2.457.187	21.390.989
Reembolso	40.150	39.542	60.420	36.813	9.343	14.354	200.622
Intercâmbio eventual	392.368	1.324.127	53.705	1.626.821	4.332	273.271	3.674.624
	8.519.956	26.809.299	1.466.482	25.668.349	669.039	6.643.939	69.777.064

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2019 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

22 Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestação de serviço com intercâmbio eventual	36.131.507	10.072.875
Prestação de serviço para Auto Gestão	10.755.827	12.352.314
Outras receitas com prestação de serviço	7.876	-
	<u>46.895.210</u>	<u>22.425.189</u>
(-) Dedução de receitas com prestação de serviços	<u>(2.526.744)</u>	<u>(1.856.321)</u>
	<u>44.368.466</u>	<u>20.568.868</u>

23 Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Amortização dos débitos da IN 48 (i)		
PIS / COFINS	-	(374.782)
ISS	-	(4.619.931)
	<u>-</u>	<u>(4.994.713)</u>
Atualização dos débitos da IN 48 (i)		
PIS / COFINS	-	(1.393.581)
	<u>-</u>	<u>(1.393.581)</u>
Outras despesas		
Assistência médica cooperado	(1.747.449)	(2.224.855)
Seguros a beneficiários	(1.039.708)	(1.151.437)
INSS Patronais	(416.274)	(425.261)
	<u>(3.203.431)</u>	<u>(3.801.553)</u>
	<u>(3.203.431)</u>	<u>(10.189.847)</u>

- (i) Em 2018, os valores correspondiam às amortizações de saldo devedor e às respectivas correções relativos às parcelas mensais dos parcelamentos dos débitos de PIS, COFINS e ISS, cuja contrapartida era conta de créditos a receber de cooperados relacionados à IN 48, conforme nota explicativa nº 10.

24 Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com os planos de saúde da operadora

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestação de serviços - Outros	(26.282.276)	(8.014.373)
Prestação de serviços para Auto gestão	(6.943.163)	(8.904.382)
Serviços de remoção atendimento urgência e emergência	(4.225.268)	(3.986.535)
Produção de cooperados, contratados	(550.708)	(494.547)
Medicina ocupacional - Intercâmbio	(30.875)	(14.589)
Outras despesas com prestação de serviço e operacionais	(26.074)	-
(-) Dedução de despesas com prestação de serviços - outros	663.358	20.031
	<u>(37.395.006)</u>	<u>(21.394.395)</u>

(i) O saldo está substancialmente composto pela prestação de serviços a outras UnimedS em operações de intercâmbio.

25 Dispêndios/ despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(26.399.394)	(24.948.709)
Serviços de terceiros	(4.157.189)	(5.133.474)
Localização e funcionamento	(4.562.425)	(3.782.529)
Provisão para contingência	(2.101.803)	(3.531.553)
Publicidade e propaganda	(1.360.747)	(1.300.619)
Contribuições a confederações	(1.211.944)	(1.068.972)
Impostos e taxas diversas - Federal	(1.092.253)	-
Diversas	(4.041.557)	(2.573.311)
	<u>(44.927.312)</u>	<u>(42.339.167)</u>

26 Resultado financeiro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.599.696	2.979.825
Juros e multa por recebimento em atraso	918.237	805.074
Atualização monetária - Obrigações legais IN 20 (i)	904.923	-
Atualização monetária	17.716	252.958
Descontos obtidos	251.330	275.198
Outros	129.014	50.776
	<u>5.820.916</u>	<u>4.363.831</u>
Dispêndios financeiros		
Juros e atualização	(2.139.410)	(3.298.203)
Atualização monetária - Obrigações legais IN 20 (i)	(904.923)	-
Despesas financeiras	(198.101)	(521.894)
Outros	(758.073)	(756.038)
	<u>(4.000.507)</u>	<u>(4.576.135)</u>
	<u>1.820.409</u>	<u>(212.304)</u>

- (i) Correspondente a atualização do saldo devedor dos parcelamentos de PIS, COFINS e ISS, cuja contrapartida é a conta de créditos a receber de cooperados relacionados à IN 48, conforme nota explicativa nº 10.

27 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobras antes dos tributos	47.006.038	20.423.989
Adição/ exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(33.674.300)	(9.996.354)
(+) Adições	1.222.391	4.292.571
(-) Exclusões	(128.403)	(882.059)
Base de cálculo	<u>14.425.726</u>	<u>13.838.147</u>
Imposto de renda - 15%	(2.163.859)	(2.075.534)
Adicional do imposto de renda - 10%	(1.418.572)	(1.359.690)
Dedução PAT	86.554	83.029
Dedução FUMCAD/FMI	15.000	-
Imposto de renda de exercícios anteriores (i)	-	(1.501.619)
Imposto de renda	<u>(3.480.877)</u>	<u>(4.853.814)</u>
Contribuição social - 9%	(1.298.315)	(1.245.318)
Contribuição social de exercícios anteriores (i)	-	(561.821)
Contribuição social - 9%	<u>(1.298.315)</u>	<u>(1.807.139)</u>

- (i) No exercício de 2017 a Cooperativa iniciou o processo de revisão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos últimos 5 anos (por decadência). O término desse trabalho se deu somente no exercício de 2018 quando foi possível concluir sobre os efeitos líquidos no resultado do exercício em consequência desse levantamento, portanto esses valores correspondem aos débitos líquidos de IRPJ e a CSLL apurados relativo ao período que foi sujeito à análise.

28 Informações sobre corresponsabilidade cedida e corresponsabilidade assumida em 2018 e 2019

a Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência médico-hospitalar (grupo 31171)

	Preço pré-estabelecido		Preço pós-estabelecido	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos individuais/familiares antes da lei	1.082.899	496.767	215.270	-
1.2 - Planos individuais/familiares depois da lei	-	9.366.641	9.322.292	-
1.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	265.500	817	-
1.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	472	9.038.361	10.158.700	-
1.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	-	-
1.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	6.636	23.420.763	23.624.949	-
	1.090.007	42.588.032	43.322.028	-
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	-	-
2.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	-	-
2.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	674	-
2.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	-	-	1.144.364	-
	-	-	1.145.038	-
	1.090.007	42.588.032	44.467.066	-

b Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico hospitalar (grupo 411X1)

	Carteira própria		Corresponsabilidade assumida	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	2.707.622	2.470.815	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	69.965.065	61.094.947	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	1.775.379	2.141.671	-	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	72.800.859	65.943.546	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	625	-	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	75.871.427	72.237.927	706.231	-
	223.120.977	203.888.906	706.231	-
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	2.612	(24.911)	-	3.253
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	29.358	-	-	-
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	308.259	780.082	-	683.055
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	6.097.947	32.372.936	14.650.140	28.327.662
	6.438.176	33.128.107	14.650.140	29.013.970
	229.559.153	237.017.013	15.356.371	29.013.970

29 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 2/5 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de três anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano podendo permanecer por quatro mandados consecutivos de 1/3 de seus integrantes.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

Parte relacionada	Natureza da operação	2019	2018
Conselho de Administração	Diárias/Honorários	2.058.170	1.886.976
Conselho de Administração	Cédula de presença	293.670	208.845
Conselho de Administração	Capital social	559.773	500.130
Conselho Fiscal	Cédula de presença	198.900	200.070
Conselho Fiscal	Capital social	194.191	235.312

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

30.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018.

30.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2019	2018
Disponível		457.127	613.252
Aplicações financeiras	5	62.454.776	51.758.392
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	4.742.594	7.903.015
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	4.908.922	1.450.070
Bens e títulos a receber	8	4.854.522	4.909.151
Conta corrente com cooperados	10	27.278.335	32.983.612
		104.696.276	99.617.492

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

30.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possui, aproximadamente, 32% (28% em 2018) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

30.4 Recursos próprios mínimos

a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.789.792, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator “K” vigente em dezembro de 2019 corresponde a 32,58%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 2.863.714 (R\$ 2.770.353 mil em 2018) e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. A seguir, estão demonstradas as adições e deduções consideradas pela Administração para cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos:

Descrição	2019	2018
Patrimônio líquido	106.199.939	74.330.805
Deduções:		
Participações Sociedades Cooperativas – Operadoras	(3.729.031)	(3.163.820)
Despesas antecipadas; e	(22.808)	(51.278)
Ativo não circulante permanente intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteira de plano de assistência à saúde e com programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001, de 30 de dezembro de 2008, da DIOPE/DIPRO.	(3.838.315)	(3.288.658)
Adições - Deduções proporcionais conforme IN 50	164.206	1.313.650
	(7.425.948)	(5.190.106)
Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos	98.773.991	69.140.699

b Margem de solvência

A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Cooperativa conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações líquidas (soma dos últimos 12 meses)		
Preço pré-estabelecido (100%)	312.995.310	282.830.152
Preço pós-estabelecido (50%)	11.497.744	21.785.025
	<u>324.493.054</u>	<u>304.615.177</u>
(x) 0,20	<u>64.898.611</u>	<u>6.092.303</u>
Eventos indenizáveis líquidos (média mensal dos últimos 36 meses)		
Preço pré-estabelecido (100%)	649.854.017	638.583.435
Preço pós-estabelecido (50%)	29.815.300	22.341.186
	<u>679.669.317</u>	<u>660.924.621</u>
Média anual dos últimos 36 meses	<u>226.556.439</u>	<u>220.308.207</u>
(x) 0,33	<u>74.763.625</u>	<u>72.701.708</u>
Margem se solvência	<u>74.763.625</u>	<u>72.701.708</u>

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a Margem de Solvência.

32 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

Dr. Daniel José Mendes Canedo
Presidente

Robesom de Andrade Rodrigues
CPF: 025.914.828-88
CRC: 1SP-179445/O-7

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900

E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.